NAYARA GHALIE CURY

**O princípio da imparcialidade e os poderes instrutórios do juiz no
processo penal**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Dr. José Raul Gavião de Almeida

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO-SP

2020

NAYARA GHALIE CURY

**O princípio da imparcialidade e os poderes instrutórios do juiz no
processo penal**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Processual Penal, sob a orientação da Prof. Dr. José Raul Gavião de Almeida.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
SÃO PAULO-SP**

2020

Catalogação da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Cury, Nayara Ghalie
: O princípio da imparcialidade e os poderes
instrutórios do juiz no processo penal ; Nayara Ghalie
Cury ; orientador José Raul Gavião de Almeida
-- São Paulo, 2020.
162
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade
de São Paulo, 2020.

1. Princípio da imparcialidade. 2. Poderes
instrutórios do juiz. 3. Iniciativa probatória. 4.
Sistema acusatório. I. Almeida, José Raul Gavião de,
orient. II. Título.

Nome: CURY, Nayara Ghalie.

Título: O princípio da imparcialidade e os poderes instrutórios do juiz no processo penal.

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

Ao longo dessa jornada acadêmica, árdua, cansativa, mas também muito interessante e enriquecedora, muitas pessoas contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão dessa dissertação. E claro, Deus, ao permitir que esse caminho fosse possível.

Agradeço ao meu orientador, o Professor Doutor José Raul Gavião de Almeida, pela oportunidade, ensinamentos e pela confiança que depositou em mim ao me aceitar como sua orientanda.

Todas as aulas que assisti durante o mestrado e todos os professores que lecionaram nesse período enriqueceram minha vida acadêmica, a minha forma de pensar e discutir assuntos relevantes ao Direito e à sociedade, além de proporcionarem conhecimentos e experiências inesquecíveis pelas quais sou muito grata.

Aos meus pais, Ricardo e Maria Helena (*in memoriam*), que sempre incentivaram e financiaram meus estudos. Sem o apoio deles eu nunca teria conseguido.

E à minha irmã, Natany, que também entendeu todo o tempo em que estive dedicada aos estudos e me ajudou em tudo que precisei, sem medir esforços. Muito obrigada.

Ao Rafael, meu noivo, por me incentivar e me convencer a prestar a prova para ingressar no mestrado, além de todo o suporte necessário durante esse processo. Obrigada por acreditar em mim e por toda a ajuda nos momentos que precisei.

RESUMO

CURY, Nayara Ghalie. *O princípio da imparcialidade e os poderes instrutórios do juiz no processo penal*. 2020. 162 páginas. Dissertação (Mestrado em: Direito Processual Penal) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

A presente dissertação visa a profunda análise sobre os poderes instrutórios do juiz em sua atuação no processo, a qual deve ser sempre imparcial. O princípio da imparcialidade do juiz e a sua possibilidade de agir de ofício são importantes características listadas pela doutrina para indicar se o sistema penal adotado é mais tendente ao sistema acusatório ou inquisitório. Por isso, a primeira análise desse trabalho recai sobre o princípio da imparcialidade, os institutos que têm como fim a sua proteção e a sua previsão em todo o ordenamento jurídico brasileiro. Em seguida, estudam-se os poderes instrutórios do juiz, com uma sucinta análise da teoria geral da prova no processo penal e as previsões de poderes instrutórios estabelecidas na legislação brasileira. Posteriormente, debruça-se sobre o instituto do juiz das garantias, o qual foi recentemente incluído no Código de Processo Penal pela lei nº 13.964/2019 e a sua influência no princípio da imparcialidade e nos poderes instrutórios. Por fim, é feita a análise dos poderes instrutórios do juiz no processo civil, em cotejo com o sistema probatório no processo civil, traçando-se um paralelo entre o princípio da imparcialidade e os poderes instrutórios no processo penal e no processo civil.

Palavras-chave: Direito. Direito Processual Penal. Processo Penal. Princípio da imparcialidade. Poderes instrutórios. Iniciativa instrutória do juiz.

ABSTRACT

CURY, Nayara Ghalie. Principle of impartiality and judge's initiative in criminal proceedings. 2020. 162 páginas. Dissertation (Master) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

This dissertation seeks to analyse in depth the judge's initiative during judicial proceedings, which must always be impartial. The principle of impartiality and the possibility of a judge perform without being provoked are both two important aspects highlighted by legal scholars in order to determine whether the criminal proceedings fits better to the adversarial system or to the inquisitory system. Thus, this work's first analysis is about the principle of impartiality, the legal mechanisms designed for its protection, as well as the references the Brazilian legal system make to it. Further, the judge's initiative to request evidence approached, in the light of a brief analysis on the general theory of evidence in criminal proceedings and on the existent rules about judge's initiative according to the Brazilian legal system. Moreover, this work examine the pre-trial judge's concept, recently introduced on the Criminal Proceedings Code by the law 13.964/2019, and its influence on the principle of impartiality, as well as on the judge's initiative extent. Finally, it offers an analysis about the judge's initiative on civil procedure, in the light of general theory of evidence in civil proceedings, establishing a parallel between the principle of impartiality and the judge's initiative on criminal proceedings and civil proceedings.

Keywords: Law. Criminal Procedural Law. Criminal Proceedings. Principle of impartiality. Judge's initiative. Judge's initiative to request evidence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. O PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE.....	13
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
1.2 IMPARCIALIDADE OBJETIVA E IMPARCIALIDADE SUBJETIVA.....	16
1.3 O PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO	18
1.3.1 O princípio da imparcialidade no ordenamento jurídico internacional	19
1.3.2 O princípio da imparcialidade na Constituição Federal.....	20
1.3.3 O princípio da imparcialidade nas leis infraconstitucionais	23
1.3.4 O princípio da imparcialidade no direito comparado	26
1.4 SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIS E A IMPARCIALIDADE.....	28
1.4.1 Sistema Inquisitório	29
1.4.2 Sistema acusatório	30
1.4.3 Sistema misto.....	32
1.4.4 Sistema inquisitorial e adversarial	33
1.4.5 Sistema processual penal brasileiro	35
1.5 A VERDADE NO PROCESSO PENAL E A IMPARCIALIDADE.....	39
1.6 PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL E A IMPARCIALIDADE	41
1.7 PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES E A IMPARCIALIDADE.....	43
2. OS PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ NO PROCESSO PENAL	49
2.1 BREVE HISTÓRICO DA ATIVIDADE INSTRUTÓRIA DO JUIZ.....	50
2.2 O JUIZ NO PROCESSO PENAL	51
2.3 O ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO PENAL	52
2.4 SISTEMAS DE VALORAÇÃO DA PROVA NO PROCESSO PENAL	56
2.5 OS PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL ..	59
2.5.1 Fase pré-processual.....	65
2.5.1.1 Aplicação de medidas cautelares	68
2.5.1.2 Prisões	70
2.5.1.3 Prisão temporária.....	71
2.5.1.4 Prisão preventiva.....	74
2.5.1.5 Prisão em flagrante	78
2.5.2 A iniciativa probatória do juiz na fase processual	82

2.5.2.1 Poder de o juiz extinguir a punibilidade de ofício.....	83
2.5.2.2 Poderes do juiz em relação às questões prejudiciais	84
2.5.2.3 Incidentes processuais e a atuação de ofício do juiz.....	85
2.5.2.4 Poder de determinar produção de provas de ofício	87
2.5.2.5 Princípio da correção entre acusação e sentença, emendatio libelli e mutatio libelli	93
2.5.2.6 Julgamento diferente da opinião do Ministério Público nas alegações finais.....	100
2.5.2.7 Os poderes instrutórios do juiz no procedimento do Tribunal do Júri	104
2.5.2.8 Os poderes instrutórios em segunda instância	105
2.6 A INICIATIVA PROBATÓRIA NO DIREITO COMPARADO.....	107
 3. O JUIZ DE GARANTIAS, A IMPARCIALIDADE E A INICIATIVA PROBATÓRIA	109
3.1 PONTOS DE VISTA FAVORÁVEIS AO JUIZ DAS GARANTIAS	110
3.2 PONTOS DE VISTA DESFAVORÁVEIS AO JUIZ DAS GARANTIAS.....	111
3.3 A INCLUSÃO DO JUIZ DAS GARANTIAS NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PELA LEI Nº 13.964/2019	112
3.4 O JUIZ DAS GARANTIAS E A INICIATIVA PROBATÓRIA NO ANTEPROJETO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.....	118
 4. A INICIATIVA PROBATÓRIA DO JUIZ NO PROCESSO CIVIL.....	125
4.1 O PRINCÍPIO DA NÃO SURPRESA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	126
4.2 OS PODERES E DEVERES DO JUIZ NO PROCESSO CIVIL	128
4.3 O ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO CIVIL.....	133
4.4 A INICIATIVA PROBATÓRIA DO JUIZ NO PROCESSO CIVIL	136
4.5 A IMPARCIALIDADE E OS PODERES INSTRUTÓRIOS: UM PARALELO ENTRE O PROCESSO PENAL E O PROCESSO CIVIL	143
 REFERÊNCIAS.....	151

INTRODUÇÃO

Os sistemas penais podem ser, principalmente, acusatórios ou inquisitórios e eles são distinguidos por uma característica essencial: a separação das funções de acusar, defender e julgar. No sistema acusatório, que se compatibiliza com o Estado Democrático de Direito, a separação dessas funções é bem evidente.

E para garantir que o juiz julgue a causa de modo justo, os ordenamentos jurídicos baseados no sistema acusatório estabelecem como primordial para a atuação do juiz a observância do princípio da imparcialidade. O juiz, ao julgar a causa, tem que não somente ser imparcial, mas parecer ser imparcial não só para as partes, mas sim para toda a sociedade.

Ocorre que, como será visto, todo juiz tem suas convicções pessoais, formação política e valores que podem influenciar na sua forma de ver e julgar o processo. Por isso, a Constituição Federal e as legislações infraconstitucionais preveem uma série de normas que tentam garantir que o juiz atue de modo imparcial no processo.

Como exemplo dessas normas pode-se citar o princípio do juiz natural, da motivação das decisões, bem como as regras de impedimentos e suspeições. Exemplo que também será estudado nessa dissertação é o juiz das garantias, recentemente introduzido no Código de Processo Penal brasileiro, mas ainda em período de *vacatio legis*.

Outra característica que em análise generalizada é vista como própria de sistemas penais inquisitórios e que pode violar o princípio da imparcialidade é a possibilidade de o juiz ter poderes instrutórios no processo penal, isto é, o juiz, quando o ordenamento jurídico lhe permite esses poderes, não necessita ficar adstrito às provas trazidas pelas partes no processo, pois ele tem a possibilidade de requerer a produção de provas que entender necessárias.

De modo genérico e simplista, costuma-se generalizar que, no sistema acusatório, o juiz para ser imparcial não pode ter poderes instrutórios, pois a característica básica do sistema inquisitivo é a iniciativa probatória do juiz que, ao determinar a produção de provas, atua como parte e coloca em risco sua imparcialidade;

Entretanto, a presente dissertação tem como finalidade demonstrar que não é bem assim e que essa afirmação genérica é equivocada, uma vez que não se pode afirmar que o juiz sem poderes instrutórios será imparcial. A iniciativa probatória do juiz

deve ser uma exceção, isso é certo, mas, muitas vezes, ela pode ser necessária para o esclarecimento da lide e o julgamento do processo de forma mais justa.

A Constituição Federal brasileira de 1988 estabelece o sistema acusatório e prevê diversos direitos e garantias individuais para garantir que esse sistema seja aplicado. O Código do Processo Penal, por sua vez, data de 1941 e tem diversos resquícios inquisitórios desse sistema, apesar das diversas mudanças e reformas feitas para adaptá-lo ao sistema acusatório.

O Código de Processo Civil de 2015, apesar de ter sido recentemente promulgado e em suas normas fundamentais determinar que ele será aplicado e interpretado conforme as disposições constitucionais, prevê ampla iniciativa probatória do juiz em uma interpretação literal. Assim, se demonstrou necessária uma breve análise do processo civil, inclusive com o fito de estudar até mesmo uma interpretação mais alinhada à Constituição Federal ao fazer um paralelo entre processo civil e processo penal.

Assim, a presente dissertação tem como objetivo a análise do princípio da imparcialidade no ordenamento jurídico e das garantias que visam sua proteção, não só na Constituição Federal como também na legislação infraconstitucional. Em relação aos poderes instrutórios do juiz no processo penal brasileiro, é necessário seu estudo para encontrar a melhor forma de compatibilizá-lo com as disposições constitucionais, uma vez que a presença de poderes instrutórios do juiz não significa a quebra da imparcialidade e violação ao sistema acusatório.

CONCLUSÕES

Após todo o estudo exposto na presente dissertação, o primeiro ponto a se destacar é que não existe sistema penal puro. Não existe sistema acusatório puro que siga à risca todas as características impostas a esse sistema. Foram examinados os exemplos do Chile e de Portugal, que são ótimos exemplos de países que adotam o sistema acusatório no processo penal e protegem a imparcialidade do juiz e, mesmo assim, eles têm previsões legais acerca dos poderes instrutórios do juiz, ainda que sejam poucas e em casos excepcionais.

Ser adepto do sistema acusatório significa que a essência das normas segue esse sistema. Mas não significa que não terá fatores que historicamente podem estar relacionados ao sistema inquisitório. O que é necessário analisar é se na prática, diante de todo o contexto histórico e das normas que compõem o ordenamento jurídico, o sistema adotado será predominantemente acusatório.

O princípio da imparcialidade é sim um vetor essencial da caracterização do sistema acusatório e deve ser perseguido em qualquer processo, não só no processo penal. A Constituição da República de 1988 peca ao não prever esse princípio expressamente, apesar de ser inquestionável que a imparcialidade é um princípio implícito na Constituição brasileira.

As normas da Constituição e da legislação infraconstitucional não garantem com toda a certeza que todo juiz atuará no processo imparcialmente. Entretanto, é certo que essas normas são extremamente necessárias para garantir o mínimo de imparcialidade e para assegurar às partes a possibilidade de afastar do julgamento da lide um juiz imparcial ou recorrer de uma decisão em que se constata que o juiz decidiu de modo parcial.

O Código de Processo Civil de 2015 traz importantes normas que devem ser aplicadas ao processo penal com o fim de garantir a imparcialidade do juiz, como foi exposto nessa dissertação: o princípio da não surpresa, o zelo do juiz pela observância do contraditório e a necessidade de motivação das decisões com a análise dos argumentos e provas trazidos pelas partes ao processo.

Entretanto, ao analisar as controvérsias que surgem acerca da interpretação do novo Código, o Superior Tribunal de Justiça tem relativizado,

infelizmente, as normas que garantem a motivação das decisões, vetor importante para análise da imparcialidade ou não do juiz ao proferir a sentença penal:

Não existe óbice a que o julgador, ao proferir sua decisão, acolha os argumentos de uma das partes ou de outras decisões proferidas nos autos, adotando fundamentação que lhe pareceu adequada. O que importa em nulidade é a absoluta ausência de fundamentação. A adoção dos fundamentos da sentença de 1ª instância ou das alegações de uma das partes como razões de decidir, embora não seja uma prática recomendável, não traduz, por si só, afronta ao art. 93, IX, da CF/88. A reprodução dos fundamentos declinados pelas partes ou pelo órgão do Ministério Público ou mesmo de outras decisões proferidas nos autos da demanda (ex: sentença de 1ª instância) atende ao art. 93, IX, da CF/88. A motivação por meio da qual se faz remissão ou referência às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo é chamada pela doutrina e jurisprudência de motivação ou fundamentação *per relationem* ou *aliunde*. Também é denominada de motivação referenciada, por referência ou por remissão. STJ. Corte Especial. EREsp 1021851-SP, Rel. Min. Laurita Vaz, julgados em 28/6/2012. STJ. 2ª Turma. EDcl no AgRg no AREsp 94.942-MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 5/2/2013 (Info 517). O art. 489, § 1º do CPC/2015 previu uma série de exigências para a fundamentação das decisões judiciais. Diante disso, alguns autores sustentaram que, a partir da entrada em vigor desse novo diploma, teria sido proibida a motivação *per relationem*. Essa não foi, contudo, a conclusão adotada pelo STJ. Para o Tribunal, mesmo com o novo CPC, continua sendo possível esta técnica de motivação: (...) a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, bem assim a do Supremo Tribunal Federal, admitem a motivação *per relationem*, pela qual se utiliza a transcrição de trechos dos fundamentos já utilizados no âmbito do processo. Assim, descaracterizada a alegada omissão e/ou ausência de fundamentação, tem-se de rigor o afastamento da suposta violação do art. 489 do CPC/2015, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (...) STJ. 2ª Turma. AgInt no AREsp 1440047/SP, Rel. Min. Francisco Falcão, julgado em 11/06/2019.³³⁷

³³⁷ CAVALCANTE, Márcio André Lopes. *Princípio da fundamentação (art. 11) e validade da fundamentação per relationem*. Buscador Dizer o Direito, Manaus. Disponível em:

Apesar do posicionamento da jurisprudência relativizando as normas processuais, elas são muito válidas quando aplicadas ao processo penal para garantia do contraditório e da imparcialidade do juiz. As normas processuais civis citadas darão oportunidade de as partes se manifestarem no processo acerca de todos os fatos, inclusive fatos cognoscíveis de ofício pelo juiz, para evitar que seja proferida uma sentença com um elemento surpresa que as partes não tiveram a mínima oportunidade de se manifestar a respeito ou de ter prévio conhecimento do fato que pode acarretar em uma decisão desfavorável a elas.

No processo penal está em jogo a liberdade de um indivíduo. Portanto, ele deve ter todas as oportunidades possíveis de se manifestar, desde que não seja claramente para protelar e bagunçar o processo. O direito penal é a *ultima ratio*, portanto, o processo penal deve ter maior cuidado possível para assegurar a observância dos deveres e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

Também no tocante ao princípio da imparcialidade, muito se afirma sobre o juiz das garantias ser um instituto apto a dar mais uma segurança da parte de que será julgada por um juiz imparcial, que não teve acesso às investigações e, portanto, não ficou contaminado com os indícios constantes no inquérito policial.

Parece que é um instituto realmente benéfico ao processo penal acusatório. Entretanto, pode ter um viés negativo à imparcialidade: esse juiz pode ficar íntimo da autoridade policial com quem terá contato constante e direto em razão de suas funções, ainda mais em comarcas pequenas em que atuarão sempre os mesmos policiais e os mesmos juízes.

A reforma de 2019 que introduziu o juiz das garantias no Código de Processo Penal talvez tenha sido um pouco apressada, pois o instituto deverá ser implementado nos tribunais logo após sua *vacatio legis* de um mês. Ou seja, no final de janeiro de 2020 já estará vigente em todo o país o juiz das garantias, caso nenhuma liminar das ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas contra ele seja deferida.

Talvez o melhor teria sido ter sido feito um estudo prévio acerca de todo o trabalho que deverá ser realizado pelos tribunais para implementação do juiz das garantias e, ao promulgar a reforma, ter dado um prazo para que os tribunais se adaptem e introduzam essa figura de maneira organizada.

Muitas reformas são feitas no Código de Processo Penal, mas uma coisa é certa: o atual Código tem um viés inquisitório e, sistematicamente, suas normas ficam desconexas, pois misturam-se normas antigas com resquícios inquisitórios e normas novas com viés acusatório de acordo com a Constituição.

Em relação aos poderes instrutórios, entende-se no mesmo sentido que a professora Ada Pellegrini: o modelo acusatório de processo penal não interfere com os poderes instrutórios do juiz, pois suas características são bem diversas. A separação nítida das funções de acusar, defender e julgar não demandam um juiz inerte e passivo.³³⁸

Apesar de parte doutrina entender que os poderes instrutórios do juiz ferem o sistema acusatório, essa não é uma afirmação correta. Os poderes instrutórios amplos, sem limites, em que o juiz age como parte e com interesses pessoais fere sim o sistema acusatório. No entanto, os poderes instrutórios com limites e complementares, destinados a esclarecer dúvidas relevantes no processo não ferem o modelo acusatório.

Ademais, os poderes instrutórios de ofício pelo juiz jamais devem ser possíveis na fase investigatória. O juiz só tem esses poderes na fase processual. Também se entende não ser possível que o juiz converta a prisão em flagrante em prisão preventiva de ofício, sem requerimento do Ministério Público.

Assim, quando o juiz for se utilizar de seus poderes instrutórios, o correto é que essa decisão seja bem fundamentada para que seja objetivo e óbvio o motivo de determinação da produção da prova e que fato ela visa esclarecer. Ademais, sempre deve ser garantido o contraditório às partes e elas devem sim participar da produção da prova e opinar sobre os resultados obtidos, em observância ao devido processo legal e ampla defesa.

³³⁸GRINOVER, Ada Pellegrini. *A iniciativa instrutória do juiz no processo penal acusatório*. Revista Forense, v. 347, jul-set. 1999. p. 21.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Raul Gavião de (coord.); FERNANDES, Antonio Scarance (coord.); MORAES, Mauricio Zanoide de (coord.). *Provas no processo penal: estudo comparado*. São Paulo: Saraiva, 2011.

ALVES, Leonardo Barreto Moreira; ARAÚJO, Fábio Roque (coordenadores). *O projeto do novo código de processo penal*. Salvador: Juspodivm, 2012

AMENDOEIRA JR., SIDNEI. *Poderes do juiz e tutela jurisdicional: a utilização racional dos poderes do juiz como forma de obtenção de tutela jurisdicional efetiva, justa e tempestiva*. São Paulo: Atlas, 2016.

ARAS, Vladimir. *O art. 385 do CPP e o juiz inquisidor*. Disponível em: <https://vladimiraras.blog/2013/05/25/o-art-385-do-cpp-e-o-juiz-inquisidor/>. Acesso em: 15/12/2019.

ASSIS, Araken de. *Processo civil brasileiro, volume I [livro eletrônico]: parte geral: fundamentos e distribuição de conflitos*. 1. ed. em e-book baseada na 1. ed. impressa. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. *Processo penal*. 10. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2018.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. *A garantia do juiz natural no processo penal: delimitação do conteúdo e análise em face das regras constitucionais e legais de determinação e modificação de competência no direito processual penal brasileiro*. Tese apresentada para obtenção do título de livre-docência em direito processual penal, defendida na Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. *Correlação entre acusação e sentença: releitura da emendatio libelli à luz do contraditório sobre as questões de direito, no novo Código de Processo Civil*. Disponível em:

<http://www.badaroadvogados.com.br/download.php?f=5d91bae3a0a7c6640f59c68982282c32>. Acesso em: 01/12/2019.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. *Direito a um julgamento por juiz imparcial: como assegurar a imparcialidade objetiva do juiz nos sistemas em que não há a função do juiz de garantias*. Disponível em <http://www.badaroadvogados.com.br/?p331>. Acesso em 19/06/2018.

BADARÓ, Gustavo Henrique. *Manual dos recursos penais*. 2 ed. em e-book baseada na 2 ed. impressa. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. *Ônus da prova no processo penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. *Processo penal*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

BARROS, Marco Antonio de. *A busca da verdade no processo penal*. 2. ed. rev., atual., e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Poderes instrutórios do juiz*. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

BELLO, Ney. *Juiz das garantias: um avanço necessário!* Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jan-03/ney-bello-juiz-garantias-avanco-necessario>. Acesso em: 05/01/2020.

BERALDO, Luis Fernando Silveira. *Limites aos poderes instrutórios do juiz criminal*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor Rogério Lauria Tucci, São Paulo, 2006.

BRASIL. Código Penal. Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 09/05/2018.

BRASIL. Código de Processo Civil. Lei 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em 01/11/2019.

BRASIL. Código de Processo Penal. Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm. Acesso em: 09/05/2018.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão de juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182956>. Acesso em 02/12/2019.

BRASIL. Convenção americana sobre direitos humanos (Pacto de São José da Costa Rica). Decreto 678, de 06 de novembro de 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm. Acesso em: 10/05/2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 09/05/2018.

BRASIL. Exposição de motivos do Código de Processo Penal. In: *Vade mecum Juspodivm*. 5. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

BRITO, Alexis Couto de; FABRETTI, Humberto Barrionuevo; LIMA, Marco Antônio Ferreira. *Processo penal brasileiro*. 3. edição. São Paulo: Atlas, 2015.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Novo código de processo civil anotado*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CABRAL, Antonio do Passo; PACELLI, Eugênio; CRUZ, Rogério Schietti (coordenadores). *Processo penal – coleção repercussões do Novo CPC*, v. 13. Salvador: Juspodivm, 2016.

CARVALHO FILHO, Antonio; SAMPAIO JUNIOR, Herval (organizadores). *Os juízes e o novo CPC*. Salvador: Juspodivm, 2017.

CASTRO, Daniel Penteado de. *Poderes instrutórios do juiz no processo civil: fundamentos, interpretação e dinâmica*. São Paulo: Saraiva, 2013.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. Incidente de insanidade mental. Buscador Dizer o Direito, Manaus. Disponível em: <<https://www.buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/494ba9ff03bdad881378a6fd4092a6c7>>. Acesso em: 19/11/2019.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. *Juiz pode de ofício, converter a prisão em flagrante em prisão preventiva*. Buscador Dizer o Direito, Manaus. Disponível em: <<https://www.buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/04fcc65450efcccdc9869442c3e36310>>. Acesso em: 16/11/2019.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. *Princípio da fundamentação (art. 11) e validade da fundamentação per relationem*. Buscador Dizer o Direito, Manaus. Disponível em: <<https://www.buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/73e0f7487b8e5297182c5a711d20bf26>>. Acesso em: 13/01/2020.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. *Se é requerida a prisão temporária, o juiz poderá entender que é o caso de conceder prisão preventiva*. Buscador Dizer o Direito, Manaus. Disponível em: <<https://www.buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/78289d91e9c4adcf4e97d6b3d4df6ae0>>. Acesso em: 16/11/2019.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. *Se o acusado se recusa a participar do incidente, não pode ser obrigado a fazer o exame*. Buscador Dizer o Direito, Manaus. Disponível em: <<https://www.buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/7b670d553471ad0fd7491c75bad587ff>>. Acesso em: 19/11/2019.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. *Súmula 453-STF*. Buscador Dizer o Direito, Manaus. Disponível em:

<<https://www.buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/731ae30af8750c2d28720ea3c1f8c2b1>>. Acesso em: 03/12/2019.

CINTRA, Antonio Carlos de Araujo; Grinover, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. 23. edição. São Paulo: Malheiros, 2007.

CINTRA, Antonio Carlos de Araujo; Grinover, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. 31. edição. São Paulo: Malheiros, 2015.

CHOUKR, Fauzi Hassan. *Código de Processo Penal: comentários consolidados e crítica jurisprudencial*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS DO HOMEM. Tribunal europeu dos direitos do homem, de 04 de novembro de 1950. Disponível em: https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf. Acesso em: 15/06/2018.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 15/06/2018.

DEMERCIAN, Pedro Henrique; MALULY, Jorge Assaf. *Curso de processo penal*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

DEZEM, Guilherme Madeira. *Curso de processo penal*. 2. edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

DEZEM, Guilherme Madeira. *Curso de processo penal*. 3. edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

DIDIER JUNIOR, Fredie. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento*. 19 ed. Salvador: Juspodivm, 2017.

DIDIER JUNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela*. 10. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2015.

DINAMARCO, Cândido Rangel; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. *Teoria geral do novo processo civil*. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

DONIZETTI, Elpídio. *Novo código de processo civil comentado*. 2 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

FABRETTI, Humberto. *Prisão preventiva de ofício na Lei Maria da Penha: posição contrária*. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/prisao-preventiva-de-oficio-na-lei-maria-da-penha-posicao-contraria/18146>. Acesso em: 16/11/2019.

FARIA, André Luiz Chaves Gaspar de Moraes. *Os poderes instrutórios do juiz no processo penal: uma análise a partir do modelo constitucional de processo*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2011.

FERNANDES, Antonio Scarance. *Os procedimentos no Código projetado*. Boletim IBCCRIM, ano 18, edição especial, agosto de 2010.

FERNANDES, Antonio Scarance. *Processo penal constitucional*. 6. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

FERNANDES, Valeria Diez Scarance. *Lei Maria da Penha: o processo penal no caminho da efetividade: abordagem jurídica multidisciplinar (inclui lei de feminicídio)*. São Paulo: Atlas, 2015.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. *Teoria geral do processo: comentários ao CPC de 2015: parte geral*. [e-book] São Paulo: Forense, 2015.

GARCIA, Alessandra Dias. *O juiz das garantias e a investigação criminal*. (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito, USP. São Paulo, 2014.

GOMES, José Jairo. *Direito Eleitoral*. 13. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, Luiz Flávio. Videoconferência: uma necessidade premente. Disponível em: <https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/121932764/videoconferencia-uma-necessidade-premente>. Acesso em: 20/11/2019.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. *Breves anotações sobre a temática das provas no Projeto do Código de Processo Penal (Projeto nº 156/2009 do Senado Federal)*. Revista do Advogado, v. 113, p. 34-52, setembro de 2011.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. *A motivação das decisões penais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. *Direito à prova no processo penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

GONÇALVES, Manuel Lopes Maia. *Código de Processo Penal – anotado e comentado – legislação complementar*. 13. ed. Coimbra: Almedina, 2002.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. *Direito processual civil esquematizado*. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; REIS, Alexandre Cebrian Araújo. *Direito processual penal esquematizado*. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

GRECO FILHO, Vicente. *Manual de processo penal*. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

GRECO FILHO, Vicente. *Manual de processo penal*. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *A iniciativa instrutória do juiz no processo penal acusatório*. Revista Forense, v. 347, jul-set. 1999.

GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. *As nulidades no processo penal*. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. *Recursos no processo penal brasileiro*. 6. edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

JESUS, Damásio de. *Código de processo penal anotado*. 23. edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

KHALED JUNIOR, SALAH HASSAN. *A busca da verdade no processo penal para além da ambição inquisitorial*. São Paulo: Atlas, 2013.

LEITÃO JUNIOR, Carlos Alberto Pereira. *O juiz das garantias e a reforma do processo penal: homenagem ao princípio da imparcialidade*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor José Raul Gavião de Almeida, São Paulo, 2016.

LENNON, María Inés Horvitz; MASLE, Julián López. *Derecho procesal penal chinelo: tomo I*. Santiago, Chile: Editorial Jurídica de Chile, 2002.

LIMA, Renato Brasileiro de. *Código de processo penal comentado*. 2. ed. rev. e atual. Salvador: Editora Juspodivm, 2017.

LIMA, Renato Brasileiro de. *Manual de processo penal: volume único*. 5. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Editora Juspodivm, 2017.

LOPES JUNIOR, Aury. *Direito processual penal*. 12. edição. São Paulo: Saraiva, 2015.

LOPES JUNIOR, Aury. *Direito processual penal*. 14. edição. São Paulo: Saraiva, 2017.

LOPES JUNIOR, Aury. *Direito processual penal*. 16. edição. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

LOPES JUNIOR, Aury; ROSA, Alexandre Moraes da. *Entenda o impacto do juiz das garantias no processo penal*. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-dez-27/limite-penal-entenda-impacto-juiz-garantias-processo-penal>. Acesso em: 04/01/2020.

LOPES JUNIOR, Aury. *Fundamentos do processo penal: introdução crítica*. 3. edição. São Paulo: Saraiva, 2017.

LOPES JUNIOR, Aury. *Por que o juiz não pode condenar quando o Ministério Público pedir a absolvição?* Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-dez-05/limite-penal-juiz-nao-condenar-quando-mp-pedir-absolvicao>. Acesso em: 20/12/2019.

LOUREIRO, Antonio Tovo. *Nulidades e limitação do poder de punir: análise de discurso de acórdãos do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MARCÃO, Renato. *Curso de processo penal*. 4. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo código de processo civil comentado*. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

MAYA, André Machado. *Imparcialidade e processo penal: da prevenção da competência ao juiz de garantias*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2014.

MEDINA, José Miguel Garcia. *Direito processual civil moderno*. 3. ed. em e-book baseada na 3. ed. impressa. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

MENDONÇA, Andrey Borges de. *Nova reforma do Código de Processo Penal: comentada artigo por artigo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Provas no processo penal: estudo sobre a valoração das provas penais*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MIRABETE, Julio Fabbrini. *Processo penal*. 18. edição. São Paulo: Atlas, 2007.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 33. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

MORAES, Mauricio Zanoide de. *Quem tem medo do “juiz das garantias”?* Boletim IBCCRIM, ano 18, edição especial, agosto de 2010.

MOUGENOT, Edilson. *Curso de processo penal*. 13. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (coordenadora). *As reformas no processo penal: as novas leis de 2008 e os projetos de reforma*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade (coordenadores). *Comentários ao código de processo civil*. 1 ed. em e-book baseada na 1 ed. impressa. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de direito processual civil – volume único*. 8. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2016.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Novo código de processo civil – lei 13.105/2015*. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Código de processo penal comentado* 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Curso de direito processual penal*. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Curso de direito processual penal*. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de processo penal e execução penal*. 11. edição. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Prisão e liberdade*. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Processo penal e execução penal*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. São Paulo: Método, 2019.

OLIVEIRA, Daniel Kessler de. *A atuação do julgador no processo penal constitucional: o juiz de garantias como um redutor de danos da fase de investigação preliminar*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de processo penal*. 17. edição. São Paulo: Atlas, 2013.

PACELLI, Eugênio. *Curso de processo penal*. 21. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

PACELLI, Eugênio. *Curso de processo penal*. 22. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018.

PACELLI, Eugênio. *Curso de Processo Penal*. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

PACELLI, Eugênio; FISHER, Douglas. *Comentários ao código de processo penal e sua jurisprudência*. 10. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018.

PEREIRA, Frederico Valdez. *Iniciativa probatória de ofício e o direito ao juiz imparcial no processo penal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.

¹ PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. *Direito processual civil contemporâneo: teoria geral do processo*. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

QUEIROZ, Paulo de Souza. *Pode o juiz condenar sem que haja pedido de condenação?* Disponível em: <http://www.pauloqueiroz.net/pode-o-juiz-condenar-sem-que-haja-pedido-de-condenacao/>. Acesso em: 15/12/2019.

RASCOVSKI, Luiz (coordenador). *Temas relevantes de direito penal e processual penal*. São Paulo: Saraiva, 2012.

REALE JUNIOR, Miguel. *O juiz das garantias*. Revista do Advogado, v. 113, p. 101-111, setembro de 2011.

RIBEIRO, Marcelo. *Processo civil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2019.

RUIZ FILHO, Antonio. *Observações sobre o novo processo penal*. Revista do Advogado, v. 113, p. 101-111, setembro de 2011.

SILVA, Marco Antonio Marques da. *A vinculação do juiz no processo penal*. São Paulo: Saraiva, 1993.

SOUZA, Artur César. *O ativismo judicial no processo penal e a imparcialidade do juiz*. Revista de doutrina da 4ª região, Porto Alegre, n. 17, abr, 2007. Disponível em: http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao017/Artur_Souza.htm. Acesso em: 14/05/2018.

STRECK, Lenio Luiz. *Juiz das garantias: do neoconstitucionalismo ao neo-inconstitucionalismo*. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jan-02/senso-incomum-juiz-garantias-chegamos-neo-inconstitucionalismo>. Acesso em: 05/01/2020.

TAVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. *Curso de direito processual penal*. 12. ed. rev. e atual. Salvador: Editora Juspodivm, 2017.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Código de processo civil anotado*. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo penal, 4º volume*. 31 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Manual de processo penal*. 16. edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

TUCCI, Rogério Lauria. *Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro*. 2. edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

TUCCI, Rogério Lauria. *Teoria do direito processual penal: jurisdição, ação e processo penal (estudo sistemático)*. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2002.

ZILLI, Marcos Alexandre Coelho. *A iniciativa instrutória do juiz no processo penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.